



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
GABINETE DO CONSELHEIRO FERNANDO RODRIGUES CATÃO

PROCESSO TC N.º 17537/13

Objeto: Acumulação de Cargos, Empregos e Funções Públicas por Servidores
Relator: Conselheiro Fernando Rodrigues Catão
Interessado: João Vicente Machado Sobrinho

DECISÃO SINGULAR DS1 – TC – 00064/14

Trata-se do exame da legalidade da acumulação de cargos, empregos e funções públicas por servidores da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA.

Os peritos do Departamento de Auditoria de Atos de Pessoal e Gestão Previdenciária – DEAPG, com base na relação encartada aos autos, fls. 03/04, elaboraram relatório, fls. 06/10, sugerindo a adoção das medidas cabíveis por parte do Diretor Presidente da AESA, Sr. João Vicente Machado Sobrinho, notadamente em relação aos servidores que, em tese, acumulam, indevidamente, cargos, empregos e funções públicas, sugere também o órgão técnico que, em seguida, seja remetido o resultado das providências ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE/PB.

O gestor foi notificado e apresentou defesa de fls. 16/80. A Unidade de Instrução, examinando a documentação encartada, à vista do pedido de dilação de prazo pelo gestor, se pronunciou pela concessão de prazo, visando permitir que a autoridade responsável possa resolver as situações de acumulações de seus servidores, encaminhando, ao final, a esta Corte de Contas, apenas o resumo das soluções adotadas, exclusivamente no formato da planilha modelo já encaminhada e novamente anexada ao Relatório de Análise de Defesa.

Acrescentou, ainda, que toda documentação correspondente às apurações realizadas deve ser mantida arquivada no órgão, nas pastas funcionais dos servidores, para eventual apresentação, quando da realização de inspeção por esta Corte.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, é importante destacar que a Constituição Federal, em seu art. 37, incisos XVI e XVII, veda peremptoriamente a acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, abrangendo, inclusive a administração indireta, exceto para aqueles casos expressamente previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” do supracitado inciso XVI, desde que ocorra a compatibilidade de horários, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – (...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
GABINETE DO CONSELHEIRO FERNANDO RODRIGUES CATÃO

PROCESSO TC N.º 17537/13

XVI – é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.

a) a de 2 (dois) cargos de professor;

b) a de 1 (um) cargo de professor com outro, técnico ou científico;

c) a de 2 (dois) cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Com efeito, os mencionados textos constitucionais, insertos na Carta da República de 1988, vieram disciplinar e moralizar o exercício remunerado de mais de uma atividade pública. Acerca da matéria, merece destaque a doutrina do festejado professor Hely Lopes Meirelles, que em sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, 28 ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2003, p. 419, assim leciona, *ipsis litteris*:

A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, tanto na Administração direta como nas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público (CF, art. 37, XVI e XVII), visa a impedir que um mesmo cidadão passe a ocupar vários lugares ou a exercer várias funções sem que as possa desempenhar proficientemente, embora percebendo integralmente os respectivos vencimentos.

Neste sentido, é necessário enfatizar o entendimento do eg. Supremo Tribunal Federal – STF, acerca do momento para opção por um dos cargos, empregos ou funções públicas, que deve ocorrer no prazo estabelecido pela administração na notificação, sob pena de caracterização de má-fé do servidor, *verbo ad verbum*:

ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. CONCEITO. CONCEITOS JURÍDICOS. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. NÃO-EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPÇÃO NO PRAZO LEGAL. MÁ-FÉ CONFIGURADA. 1. Para efeitos do disposto no art. 37, XVII, da Constituição são sociedades de economia mista aquelas - anônimas ou não - sob o controle da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal ou dos Municípios,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
GABINETE DO CONSELHEIRO FERNANDO RODRIGUES CATÃO

PROCESSO TC N.º 17537/13

independentemente da circunstância de terem sido "criadas por lei".
2. Configura-se a má-fé do servidor que acumula cargos públicos de forma ilegal quando, embora devidamente notificado para optar por um dos cargos, não o faz, consubstanciando, sua omissão, disposição de persistir na prática do ilícito. 3. Recurso a que se nega provimento. (STF – 1ª Turma – RMS nº 24249/DF, Rel. Min. Eros Grau, Diário da Justiça, 03 jun. 2005. p. 00045) (grifo inexistente no original)

In casu, conforme já ressaltado os analistas da unidade de instrução, com arrimo na listagem de servidores anexada ao feito, fls. 03/04, informaram a necessidade do Diretor Presidente da AESA, Sr. João Vicente Machado Sobrinho, adotar as medidas administrativas cabíveis, com vistas ao restabelecimento da legalidade, especialmente em relação à suposta acumulação irregular de cargos, empregos e funções públicas pelas pessoas nominadas na aludida planilha.

Deste modo, o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba – TCE/PB, através do relator das contas originárias da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA, deve fixar prazo para que o Diretor Presidente implemente as providências indispensáveis ao exato cumprimento da lei, *ex vi* do disciplinado no art. 71, inciso VIII, da Constituição do Estado da Paraíba, *verbum pro verbo*:

Art. 71. O controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete:

I – (...)

VIII – assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;

Ante o exposto, e de modo a guardar coerência com as decisões por mim adotadas, assino o prazo de 60 (sessenta) dias para que o Diretor Presidente da AESA, Sr. João Vicente Machado Sobrinho, comprove a regularização da situação funcional de todos os servidores em situação de acúmulo ilegal de cargos nos termos recomendados Unidade de Instrução.

Publique-se, registre-se e intime-se.
TCE – Gabinete do Cons. Fernando Rodrigues Catão

João Pessoa, 13 de maio de 2014

Em 13 de Maio de 2014



Cons. Fernando Rodrigues Catão

RELATOR